


Tipo do manuscrito: **Artigo de Pesquisa.**

OCUPAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO NORDESTE DE RORAIMA – BRASIL


Historical-spatial occupation and territorial transformations in northeastern Roraima – Brazil

Richard Anderson Silva Lopes ¹, Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior ²

¹ Universidade Federal de Roraima e Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Boa Vista, Brasil. E-mail. raslopes@gmail.com

 : <https://orcid.org/0000-0002-6788-079X>

² Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Boa Vista, Brasil. aj_geo@hotmail.com

 : <https://orcid.org/0000-0003-0756-1612>

Recebido em 18/07/2025 e aceito em 08/12/2025

RESUMO: A ocupação territorial da porção nordeste do estado de Roraima apresenta um histórico complexo de interações entre colonização, missões religiosas, projetos de desenvolvimento estatal e resistência dos povos indígenas. A região, caracterizada por sua posição geopolítica estratégica, registra sobreposições entre estruturas coloniais, unidades de produção agropecuária e territórios indígenas demarcados, especialmente após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Este artigo tem como objetivo analisar os aspectos históricos e espaciais da ocupação do nordeste de Roraima, com ênfase nas transformações territoriais e nos usos contemporâneos do solo. Utiliza-se metodologia baseada em análise documental, cartográfica e bibliográfica, articulando categorias geográficas como território, lugar e região. Os resultados revelam que a atual configuração territorial é fruto da sobreposição de diferentes racionalidades históricas e culturais, exigindo uma abordagem integrada e territorialmente sensível nas políticas públicas voltadas à região.

Palavras-chave: Territorialidade Indígena; Savana Amazônica; Ocupação e Uso do Solo; Vulnerabilidade Socioambiental; Geografia Histórica.

ABSTRACT: The territorial occupation of northeast Roraima reflects a complex history of interactions among colonization, religious missions, state development projects, and indigenous resistance. This region, geopolitically strategic, displays overlapping colonial structures, agricultural land use, and demarcated Indigenous territories, especially after the homologation of Raposa Serra do Sol Indigenous Land. This article aims to analyze the historical and spatial dimensions of occupation in northeast Roraima, focusing on territorial transformations and current land uses. Methodologically, it is grounded in documental, cartographic, and bibliographic analysis, based on geographic categories such as territory, place, and region. Results reveal that the current territorial configuration results from overlapping historical and cultural rationalities, demanding integrated and territorially sensitive public policies.

Keywords: Indigenous Territoriality; Amazonian Savanna; Land Use and Occupation; Socio-environmental Vulnerability; Historical Geography.

INTRODUÇÃO

A porção nordeste do estado de Roraima abriga um território ímpar, marcado pela presença de savanas amazônicas, diversidade étnica e pela condição geopolítica de fronteira internacional.

Essa região, que compreende principalmente pelos municípios de Normandia e Uiramutã, representa um espaço de convergência entre diferentes projetos de uso do território, que ao longo do tempo têm tensionado as relações entre povos indígenas, Estado e agentes econômicos.

A constituição histórica desse território foi moldada, inicialmente, pela presença das gerações dos povos indígenas ao longo dos séculos, seguida da instalação de missões religiosas e ações de colonização promovidas pelo Império Português e, posteriormente, pela República brasileira.

A estruturação fundiária, a criação de vilas e fazendas e a introdução de formas externas de organização territorial impactaram diretamente os modos de vida tradicionais, cujos vestígios ainda são evidentes na configuração atual do espaço regional.

Neste contexto, a problemática deste trabalho reside nas contradições socioespaciais entre as formas tradicionais de territorialidade indígena e os modelos produtivistas e desenvolvimentistas impostos historicamente pelo Estado e por interesses econômicos externos.

Essas tensões se manifestam na sobreposição de usos, nos conflitos fundiários e na fragilidade da governança territorial, especialmente em áreas de savana e em Terras Indígenas.

Para tanto, tem-se como objetivo geral do artigo é analisar os aspectos históricos e espaciais da ocupação do nordeste de Roraima, com ênfase nos usos atuais do território. Especificamente, busca-se: (i) compreender como os processos de colonização e intervenção estatal moldaram a configuração fundiária local; (ii) identificar os elementos naturais e infraestruturais que estruturam o espaço geográfico local; e (iii) discutir os principais vetores de uso e apropriação contemporânea do território, considerando os conflitos, a diversidade cultural e a dinâmica ambiental.

Justifica-se a relevância desta pesquisa diante da necessidade de compreender o território não apenas como uma superfície de ocupação moldada por uma distribuição espacial, mas como uma construção social, histórica e política.

Em um cenário marcado por disputas territoriais, ameaças ambientais e transformações climáticas, a análise crítica das territorialidades em Roraima contribui para o fortalecimento de políticas públicas frágeis às especificidades socioculturais e ecológicas da região.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e interpretativa, ancorada na perspectiva da geografia crítica, articulando análise bibliográfica, documental e cartográfica. As fontes utilizadas incluíram dados secundários obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados vetoriais temáticos e dados censitários dos municípios de Normandia e Uiramutã, além de documentos oficiais relacionados à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, registros históricos e literatura acadêmica especializada sobre a formação territorial da região.

A delimitação espacial da pesquisa corresponde aos limites municipais de Normandia e Uiramutã, inseridos no domínio ecológico das savanas amazônicas, com sobreposição significativa de territórios indígenas. A base cartográfica foi manipulada no software QGIS 3.22, com projeção em SIRGAS 2000, permitindo a integração precisa entre camadas geográficas oriundas do IBGE, da FUNAI e de órgãos estaduais. A partir dessas camadas, foram elaborados produtos cartográficos que representam aspectos físicos, históricos, demográficos e infraestruturais do território.

Um dos procedimentos centrais foi a geração do mapa de densidade de localidades indígenas por meio da técnica de estimativa de densidade Kernel, aplicada aos pontos georreferenciados das comunidades. Essa técnica possibilitou identificar padrões de adensamento populacional e sobreposição com áreas críticas, como zonas de transição rural-urbana e trechos de infraestrutura viária. O resultado permitiu análises comparativas entre os municípios, onde, evidenciou-se as distintas vulnerabilidades socioambientais associadas à ocupação territorial.

Para representar as redes internas de mobilidade na comunidade indígena Serra do Sol, foi aplicada a técnica de Triangulação de Delaunay, a partir do conjunto de pontos das moradias. O algoritmo cria uma malha de triângulos que conecta os pontos sem sobreposição dos círculos circunscritos, revelando a estrutura orgânica de circulação e os nós de conectividade entre habitações e espaços funcionais, como escolas, centros comunitários e áreas de cultivo, fundamentais à lógica da territorialidade indígena.

Outros mapas temáticos foram desenvolvidos com objetivos analíticos específicos: (i) a reconstituição dos aldeamentos coloniais (Figura 1), com base em fontes historiográficas; (ii) a sobreposição de antigas fazendas com as comunidades indígenas atuais (Figura 2); (iii) a malha interna das comunidades, incluindo trilhas e pontos estratégicos (Figuras 3 e 5); (iv) as infraestruturas viárias e suas interferências nas territorialidades tradicionais (Figura 6); e (v) a classificação climática da região conforme Köppen (Figura 7).

A elaboração desses produtos permitiu integrar as formas (objetos) materiais da paisagem (infraestruturas, vilas, pistas de pouso) com as práticas sociais e culturais que organizam o espaço vivido, aprofundando a análise crítica das dinâmicas de uso do solo e das transformações socioespaciais na porção nordeste de Roraima.

Do ponto de vista teórico, o trabalho fundamenta-se em autores da geografia crítica e da geografia do território, como Milton Santos (2008), com sua concepção do espaço

como sistema de objetos e ações; Roberto Lobato Corrêa (2016), na articulação entre processos, formas e interações espaciais; Henri Lefebvre, ao considerar o espaço como produção social; e Nádia Farage (1991), na abordagem das territorialidades indígenas em contextos de fronteira colonial. As categorias analíticas centrais mobilizadas foram: território, uso do solo, apropriação, fronteira, rede e vulnerabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Persistências Históricas e Configurações Espaciais

A configuração fundiária do nordeste de Roraima foi profundamente moldada por um longo processo histórico de interações entre povos indígenas e agentes coloniais. Desde o século XVII, a presença de diferentes potências europeias – portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses – desencadeou dinâmicas de aliança, resistência e deslocamentos forçados.

As incursões dos portugueses a partir de 1670 e as “entradas” realizadas nas décadas subsequentes consolidaram o controle colonial por meio da captura de indígenas e da implantação de aldeamentos, como estratégia para assegurar domínio territorial (CIR, 1989; FARAGE, 1986).

Esses aldeamentos (Figura 1), como os de Santa Bárbara, Santa Isabel, Santo Antônio e Nossa Senhora do Carmo, foram estruturados como núcleos de evangelização e produção agrícola, com o apoio dos missionários carmelitas e sob proteção do Forte São Joaquim, construído em 1775.

A revolta indígena de 1780-1781 contra o regime de aldeamento forçado evidenciou a fragilidade do modelo colonial. Mesmo com as reformas pombalinas e a militarização da administração, a resistência e a fragmentação dos grupos étnicos persistiram, mantendo ativa a mobilidade e o nomadismo tradicional (FARAGE, 1986; FERNANDES, 2015)

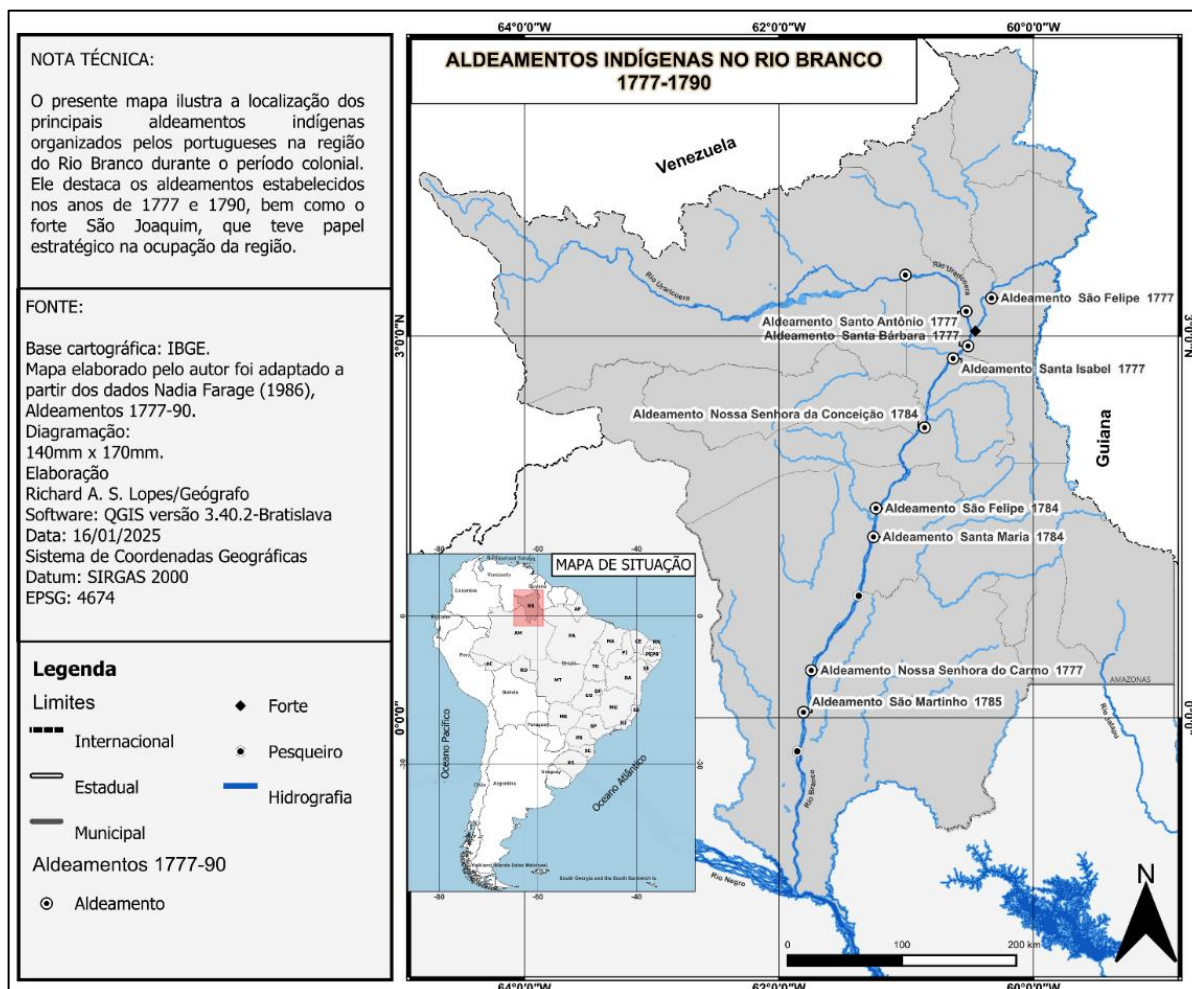


Figura 1. Mapa com a localização aproximada dos principais aldeamentos indígenas organizados pelos portugueses na região do Rio Branco durante o período colonial. Ele destaca os aldeamentos estabelecidos nos anos de 1777 e 1790, bem como o forte São Joaquim, que teve papel estratégico na ocupação da região. **Fonte:** elaborado pelos autores (2025), adaptado de FARAGE (1986).

Simultaneamente, os povos indígenas – especialmente os grupos Karib e Aruak – mantinham redes interétnicas e territoriais articuladas por rotas fluviais e terrestres, que conectavam as regiões da atual Roraima, Venezuela e Guiana (CIR, 1989). Essas redes foram fundamentais para a ocupação da região, permitindo a troca cultural, a mobilidade sazonal e a adaptação às condições ambientais locais. A estrutura espacial tradicional, portanto, já articulava territórios amplos antes da consolidação das fronteiras nacionais.

Com o avanço da colonização portuguesa no século XVIII, foram criadas vilas e fazendas estratégicas, como as Fazendas Reais de São Marcos e São José. Durante o século XX, a descoberta de ouro, a implantação da BR-174 e a criação do Território Federal de Roraima (1943) intensificaram a ocupação dos campos e savanas, articulando redes produtivas e logísticas. O crescimento de vilas como Normandia,

Surumu, Mutum, Água Fria e Uiramutã resultou da sobreposição entre interesses missionários, militares e produtivos (de Barros, 1995; GALDINO, 2018).

Esses processos reforçaram a lógica de mudança da função espacial (Corrêa, 2016), em que núcleos inicialmente religiosos ou militares tornaram-se centros administrativos e logísticos.

A expansão da fronteira agrícola, especialmente nas décadas de 1970 a 1990, converteu áreas de savana em zonas de pecuária extensiva e garimpo, muitas vezes sobre territórios tradicionais indígenas. A regularização fundiária e a criação de novos municípios, como Uiramutã (1995), foram acompanhadas por tensões territoriais e pelo deslocamento das comunidades autóctones para áreas remotas ou demarcadas.

A resistência indígena, expressa historicamente por fugas, alianças, adaptação e preservação cultural, constitui uma constante na conformação territorial da região. Como destacado por Boas e Borges (2006), a organização socioespacial dos povos Macuxi e Wapichana foi transformada pela expansão das fazendas e pelas políticas de integração, mas também reforçada por estratégias próprias de reprodução cultural e manejo comunitário da terra. Assim, a estrutura fundiária atual é produto de múltiplas temporalidades e disputas, entre formas herdadas e processos contínuos de transformação e resistência.

A análise histórica da ocupação revelou que a configuração fundiária da porção nordeste de Roraima foi fortemente moldada por processos coloniais e pela ação do Estado brasileiro. As primeiras intervenções ocorreram com a criação de missões religiosas e aldeamentos indígenas no período colonial, e posteriormente com estabelecendo núcleos populacionais como Surumu, Mutum e Socó. Esses núcleos, inicialmente articulados à catequese e ao controle territorial, foram refuncionalizados ao longo do tempo, tornando-se centros de apoio logístico e administrativos.

Com o avanço da política de integração da Amazônia, a criação do Território Federal de Roraima (1962), a construção da BR-174 e a elevação de Normandia e Uiramutã à condição de municípios impulsionaram a penetração de infraestrutura e serviços públicos. Esse processo promoveu uma redistribuição espacial das funções urbanas e reforçou as desigualdades entre os centros regionais e as localidades periféricas.

Conforme Corrêa (2016), essas formas espaciais revelam a interdependência entre processos históricos e estruturas herdadas, sendo a refuncionalização um fenômeno central: vilas que antes tinham função religiosa ou garimpeira passam a desempenhar papel político-administrativo. A forma territorial, nesse sentido, torna-se causa e consequência das dinâmicas sociais e institucionais, organizando o acesso à terra, à infraestrutura e à cidadania.

A sobreposição entre o passado colonial e os processos contemporâneos de territorialização é claramente visível na paisagem atual do nordeste de Roraima. Como evidencia o mapa da Figura 2, antigas fazendas coloniais e estruturas de ocupação não indígena são hoje reutilizadas por comunidades indígenas como base para sua reorganização territorial. Esse reaproveitamento materializa uma dinâmica de refuncionalização espacial (Corrêa, 2016), na qual estruturas herdadas da colonização são apropriadas e ressignificadas pelos povos originários.

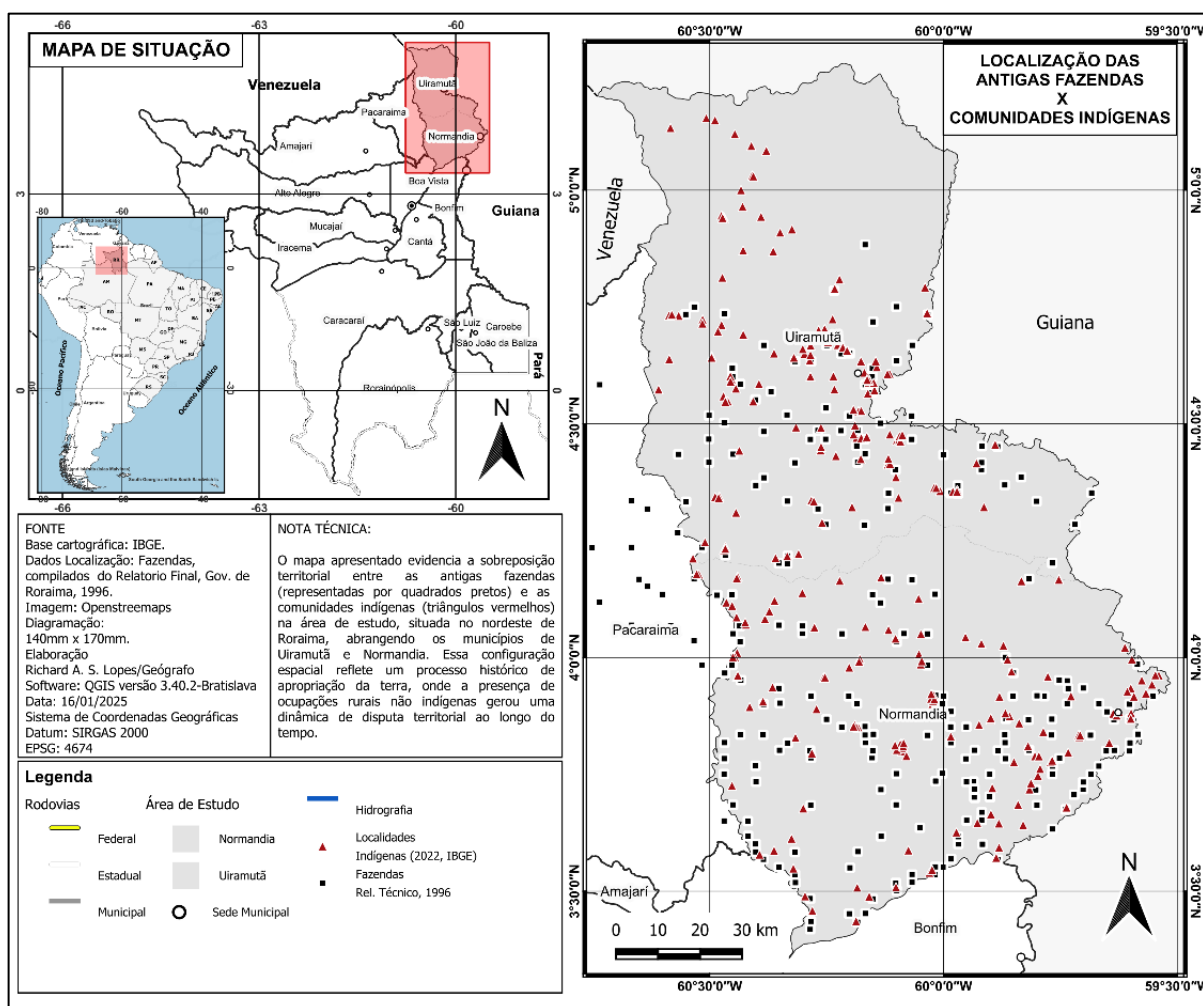


Figura 2. O mapa apresentado evidencia a sobreposição territorial entre as antigas fazendas (representadas por quadrados pretos) e as atuais comunidades indígenas (triângulos vermelhos) na área de estudo. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Essa visualização espacial reforça como as heranças da colonização ainda influenciam a organização territorial atual. O reaproveitamento de antigas fazendas pelas comunidades indígenas não apenas ressignifica esses espaços, mas também expressa um processo ativo de reconstrução do território com base em suas próprias lógicas culturais e sociais.

A transformação dessas estruturas herdadas, antes voltadas à exploração agropecuária ou à dominação territorial, revela uma apropriação crítica e adaptativa que alia ancestralidade à necessidade de reorganização diante das restrições impostas pelo Estado, pela infraestrutura limitada e pelas pressões econômicas contemporâneas.

Por um lado, essa adaptação pode ampliar a funcionalidade dos territórios indígenas, sobretudo em áreas onde a infraestrutura pública é escassa. Todavia, pode gerar uma dependência de um modelo territorial exógeno, voltado à agropecuária extensiva, comprometendo a autonomia dos sistemas produtivos tradicionais. A reorganização

do território indígena pós-homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, portanto, não é homogênea, mas diferenciada segundo a presença ou ausência de infraestruturas preexistentes.

Essa diferenciação evidencia um processo regionalizado de apropriação da terra, no qual antigas formas fundiárias se articulam com “novas” territorialidades indígenas. Tal realidade reforça a necessidade de políticas públicas que aliem fortalecimento da autonomia comunitária com manejo sustentável do território, assegurando a continuidade dos modos de vida tradicionais em meio a transformações espaciais profundas.

Elementos Estruturantes do Espaço Geográfico Local

O espaço geográfico de Normandia e Uiramutã é estruturado por dois vetores principais: os elementos naturais e a rede de infraestrutura. O domínio da savana (lavrado), associado a uma hidrografia densa e solos relativamente planos, favorece atividades de roça, extrativismo e criação extensiva de animais.

A presença de várzeas próximas às comunidades indígenas permite o cultivo de subsistência e práticas tradicionais adaptadas ao ciclo ecológico local, mantendo as tradições herdadas ancestralmente. Assim, a mobilidade nas áreas de savana, especialmente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, é profundamente moldada por práticas socioculturais herdadas por seus antepassados e adaptadas ao ciclo ecológico local.

As trilhas que conectam malocas, áreas de cultivo e pontos de coleta estruturam redes de deslocamento orgânicas, muitas vezes invisíveis aos mapas tradicionais, mas fundamentais para o cotidiano das comunidades. As Figuras 1 A e B ilustram essa configuração, revelando uma malha de caminhos que interligam habitações dispersas e zonas produtivas, sustentando um modelo de territorialidade centrado na interação direta com o espaço.



Figura 3. Comunidade Indígena Serra do Sol, inúmeros caminhos e trilhas (A) que se intercomunicam formando uma rede de conexão entre as habitações e as áreas de cultivo próximo a várzeas (B). **Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Com o avanço das rodovias e da infraestrutura linear, como estradas e pistas de pouso, tem ocorrido uma reconfiguração das formas tradicionais de mobilidade. As vias estaduais, ao sobreporem-se aos caminhos indígenas, promovem novas centralidades e alteram a lógica do uso e acesso ao território.

Contudo, como evidencia o mapa de interatividade da (Figura 4), persiste uma rede interna de conexões entre casas e espaços funcionais, como escolas, centros comunitários ou pontos de distribuição. Sob a análise da geografia das redes, esses pontos de alta conectividade pode ser interpretados como nodos centrais em sistemas descentralizados, revelando uma funcionalidade espacial que escapa às lógicas convencionais de hierarquização urbana (Corrêa, 2016)

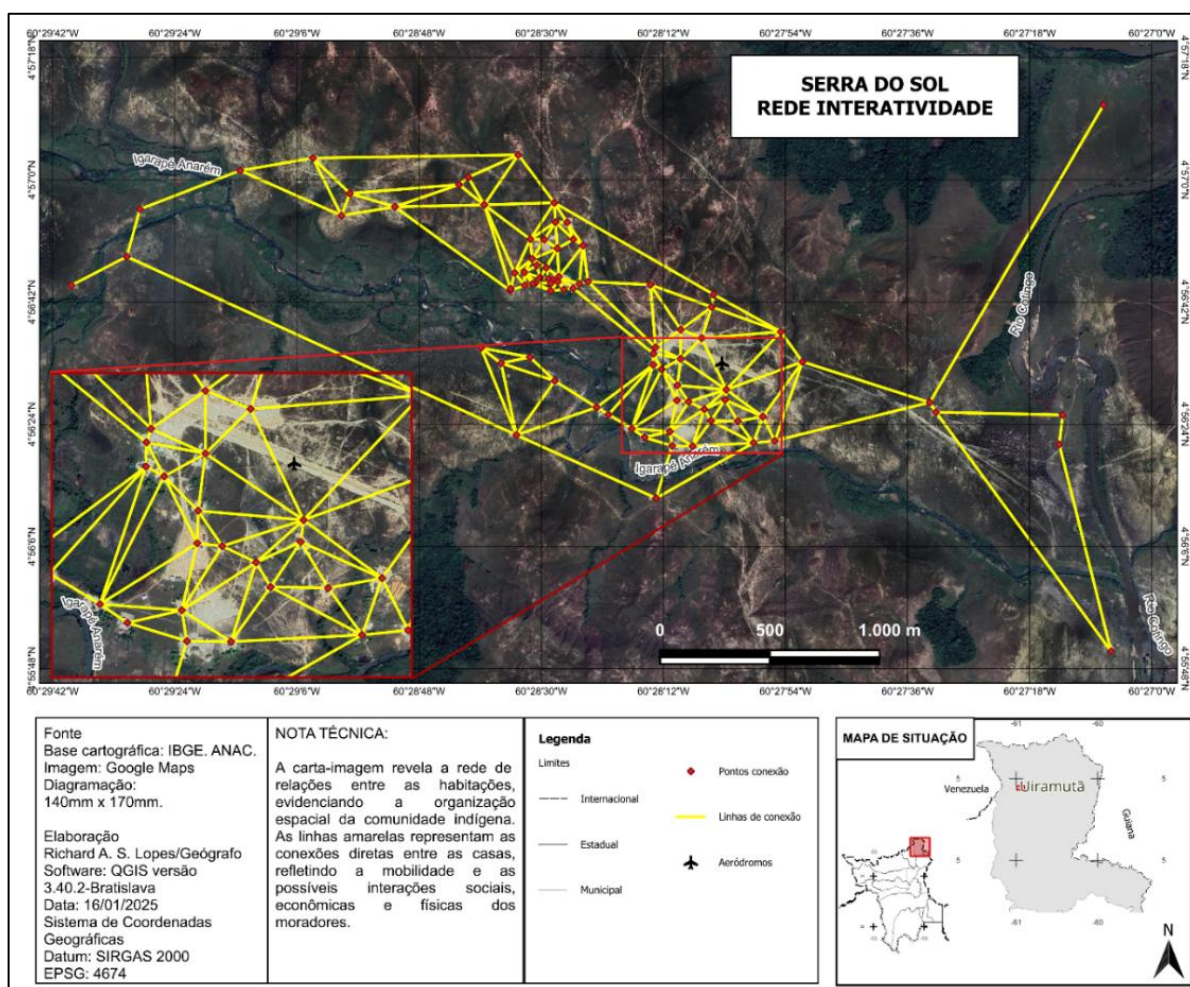


Figura 4. As possíveis conexões entre as moradias na comunidade Serra do Sol, a disposição das casas e dos caminhos reflete um modelo de territorialidade indígena. **Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Essa justaposição entre infraestruturas centralizadas e redes orgânicas revela a sobreposição de racionalidades espaciais no interior da TI Raposa Serra do Sol. Enquanto as políticas públicas operam a partir de uma lógica de distribuição segmentada de bens e serviços, as comunidades indígenas mantêm um padrão

territorial contínuo, em que a habitação, o trabalho e a cultura se articulam numa paisagem de mobilidade fluida e territorialidade plural (Figura 5).

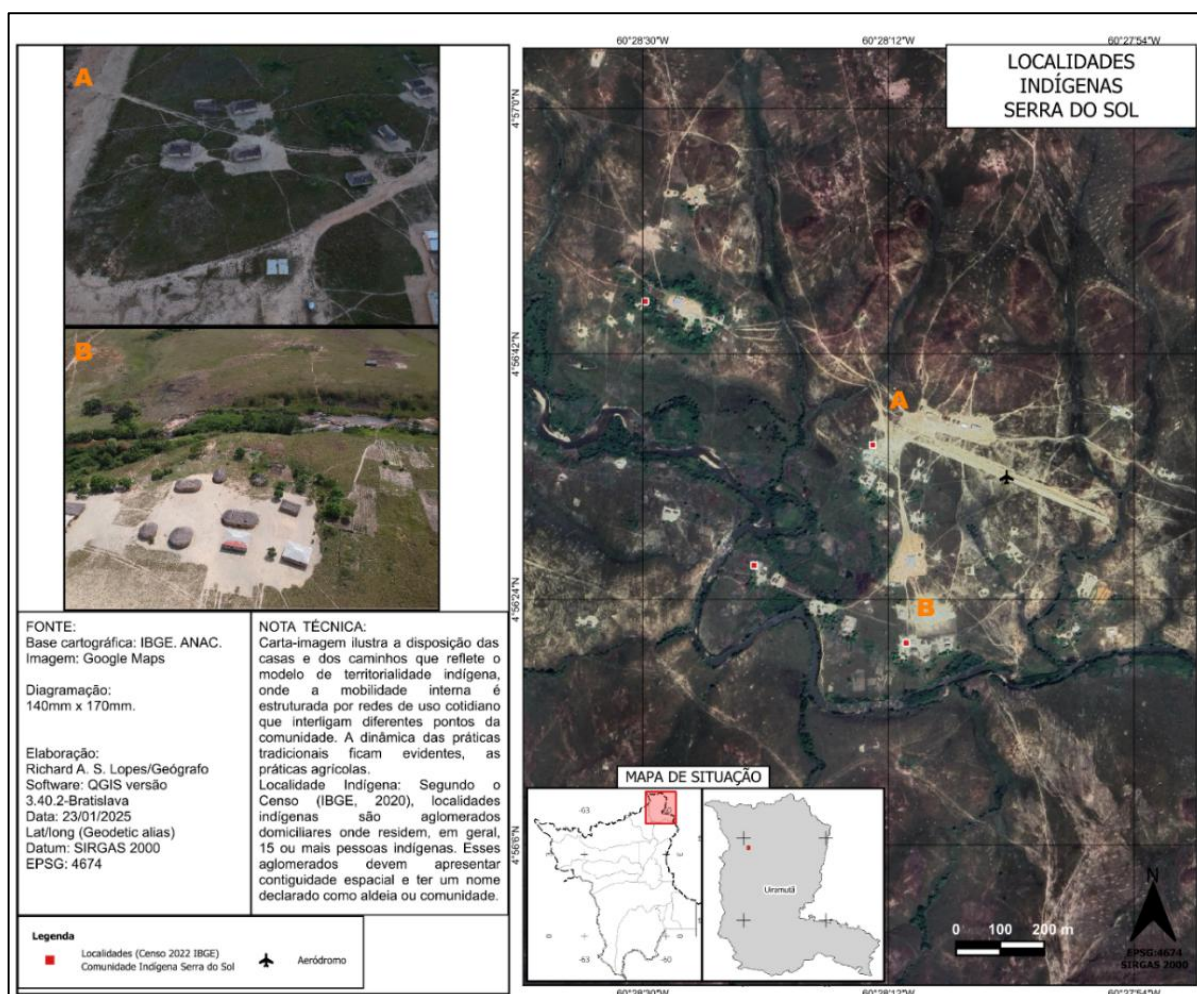


Figura 5. O mapa da Localidade Indígena Serra do Sol revela um padrão de ocupação territorial tradicional, onde os caminhos sinuosos e não lineares refletem a adaptação da comunidade ao terreno e à vegetação local, interligando as casas dispersas e outras áreas.

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

A infraestrutura no nordeste de Roraima manifesta-se em diferentes escalas, refletindo desigualdades territoriais e funcionais entre as vilas da região. Centros como Uiramutã e Surumu concentram equipamentos públicos estratégicos — escolas, postos de saúde, igrejas, pistas de pouso e sistemas de comunicação — enquanto localidades como Caju e Baixo Itacutu apresentam infraestrutura precária e acesso limitado a bens e serviços essenciais.

Além disso, persistem redes de mobilidade tradicionais, formadas por trilhas indígenas que conectam malocas, áreas de cultivo e espaços de convivência (Figura 5). Essas redes contrastam com os traçados retilíneos das rodovias estaduais, evidenciando a coexistência de diferentes formas de apropriação e organização do espaço.

Essa diferença evidencia, revela uma hierarquia funcional entre as vilas. Como mostra o “Quadro 1”, elaborado com base nas informações do Relatório Final da Comissão Técnica Especial de 1996 (Roraima, 1996), algumas localidades exercem papel central na estrutura territorial, enquanto outras permanecem com funções periféricas e menor integração.

A sobreposição entre trilhas e caminho utilizada pelos indígenas locais e rodovias planejadas evidencia o embate entre territorialidades indígenas e formas espaciais introduzidas pelo Estado. Como destaca Corrêa (2016), trata-se de um processo de refuncionalização espacial, no qual estruturas originalmente criadas para fins religiosos, produtivos ou militares são convertidas em núcleos político-administrativos, mantendo, no entanto, uma lógica de exclusão histórica.

Esse arranjo territorial, ao integrar sistemas tradicionais e modernos, contribui para a tensão no uso do solo e reforça as desigualdades regionais. Conforme Santos (2008), o espaço é resultado da interação entre sistemas de objetos (infraestruturas, vilas, estradas) e sistemas de ações (modos de vida indígenas, práticas socioculturais). No nordeste de Roraima, essa produção espacial contínua reflete os conflitos entre modelos desenvolvimentistas e formas tradicionais de ocupação.

O “Quadro 1” sintetiza essas diferenças ao organizar informações sobre a origem, a infraestrutura disponível, a população e a função estratégica de cada vila, permitindo visualizar os contrastes territoriais no interior da região. Esses dados, como já mencionado, têm como base o diagnóstico apresentado em 1996 pelo governo estadual, no contexto das discussões sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Vila/Localidade	Origem/Função	Infraestrutura (Resumo)	População Estimada
Surumu	Missão religiosa / Ponto estratégico regional	Igreja, polícia, rádio, luz, telefone, pista, TV satélite, saúde, escola	Não especificado
Água Fria	Garimpo e pecuária / Polo logístico	Pista, polícia, telefone, água, rádio, igrejas	400
Socó	Garimpo / Apoio social e agrícola	Igreja, sede adm., polícia, enfermaria, rádio, luz, pista, escola, tratores	120
Mutum	Garimpo / Evoluiu para pecuária e agricultura	Saúde, escola, igreja, parabólica, luz, sede adm., rádio, polícia, água	600
Uiramutã	Agricultura e pecuária / Centro estruturado	Polícia, igreja, rádio, luz, telefone, pista, saúde, escola	1.700
Caju	Garimpo / Pecuária e agricultura	Pista, escola, rádio, igrejas	130
Baixo Itacutu	Produção de arroz irrigado e pecuária	Saúde, escola, rádio, pista, igreja	159

Quadro 1. Infraestruturas nas Vilas do Nordeste de Roraima, com informações organizadas sobre origem, infraestrutura, população e observações estratégicas de cada localidade.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

De acordo com Corrêa (2016), é possível compreender essas relações como redes de múltiplos circuitos, estruturas territoriais não hierárquicas que sustentam práticas culturais diversas. A convivência entre as formas centralizadas, como vilas estruturadas e estradas formais, e formas dispersas, como trilhas, malocas e roçados, revela a sobreposição de distintas lógicas. A intensificação da infraestrutura

rodoviária, especialmente com a construção de vias com revestimento primário (piçarra), reconfigurou as práticas de mobilidade entre comunidades indígenas e não indígenas (Figura 6 A e B). Muitas dessas vias substituíram antigas rotas fluviais e trilhas, alterando rotinas de deslocamento, acesso a serviços e fluxos de produção.

No caso da comunidade Serra do Sol, por exemplo, imagens aéreas mostram uma complexa rede de caminhos internos (Figura 6 A), que organiza a circulação local com base em práticas tradicionais. Ao mesmo tempo, estradas estaduais (Figura 6B) conectam essas comunidades aos centros administrativos e comerciais do estado, promovendo novas dinâmicas espaciais.

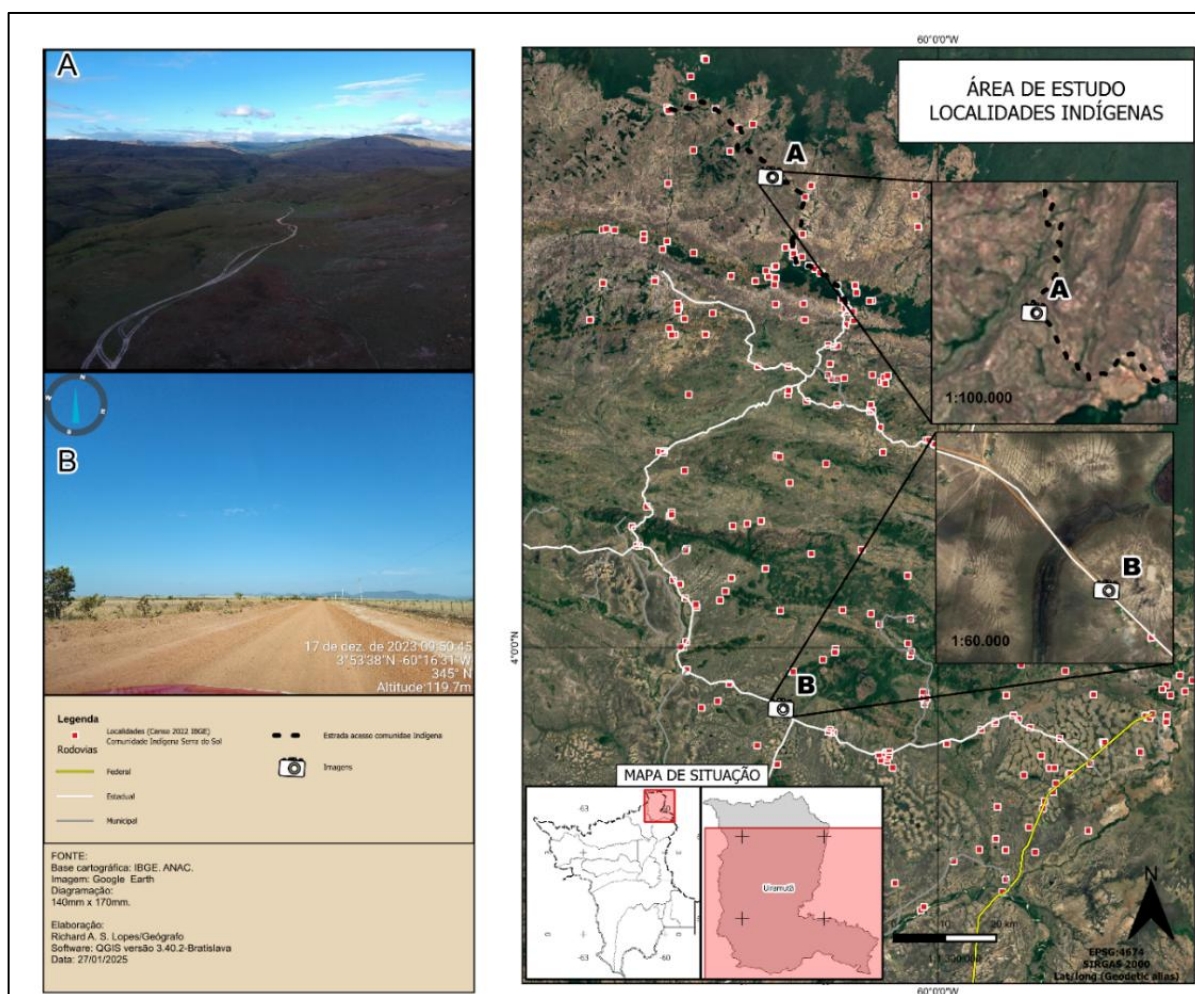


Figura 6. Estrada de acesso para comunidade indígena Serra do Sol A introdução de rodovias, no entanto, vem substituindo trilhas e caminhos fluviais, promovendo uma reconfiguração das práticas de mobilidade, imagem 6 A e B. **Fonte:** Elaborado pelo autor, 2025.

Análise Climatológica e Ambiental

Esse cenário revela a coexistência de racionalidades territoriais distintas: de um lado, os caminhos flexíveis moldados por relações ancestrais com a paisagem; de outro, a

lógica linear da modernização e da integração via infraestrutura. Como argumenta Santos (2008), o território é continuamente produzido e reproduzido pela interação entre estruturas materiais e práticas sociais. Nas savanas de Roraima, essa articulação entre o tradicional e o moderno revela as tensões permanentes entre a preservação cultural e as demandas impostas pelos processos contemporâneos de desenvolvimento.

O nordeste de Roraima está inserido em uma região de transição ecológica marcada pela predominância de savanas (lavrados), com períodos de seca bem definidos entre os meses de dezembro e março. O clima é do tipo Aw (tropical sazonal úmido), segundo a classificação de Köppen, com duas estações bem marcadas: uma seca e outra chuvosa (Figura 7).

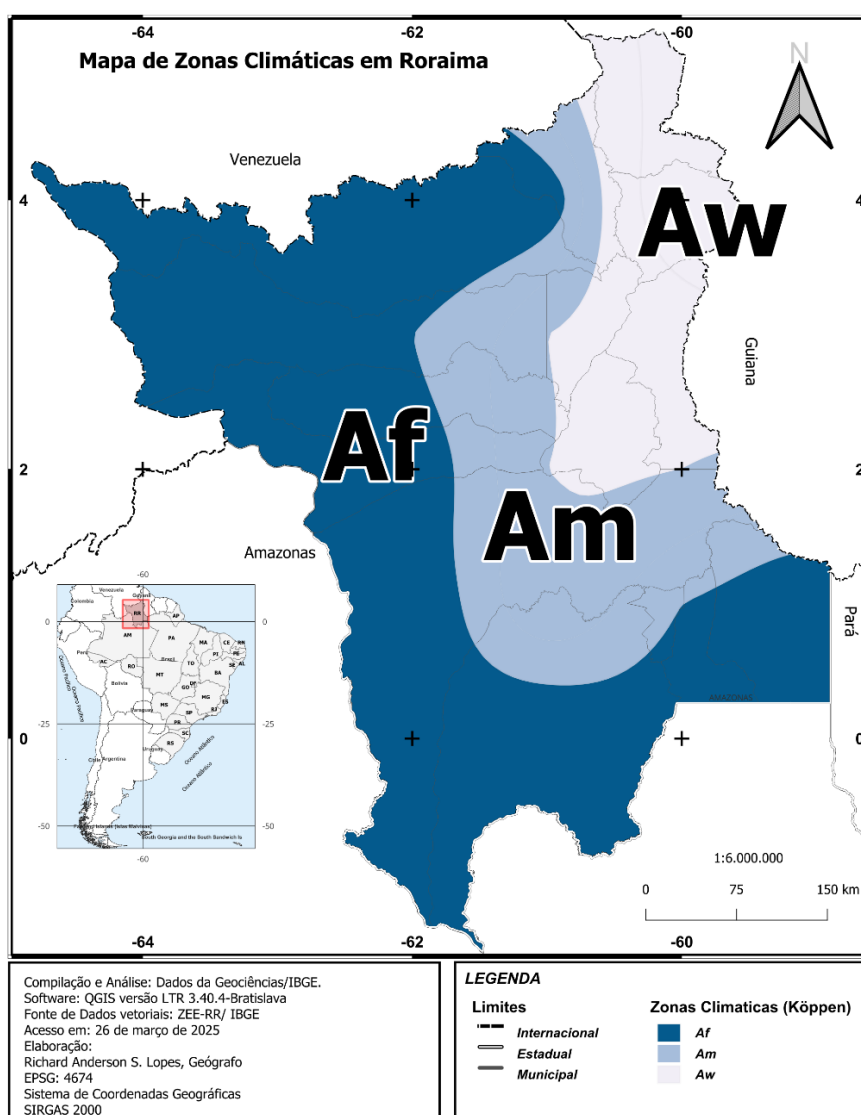


Figura 7. O mapa apresentado ilustra as zonas climáticas do estado de Roraima, de acordo com a classificação climática de Köppen. As principais zonas identificadas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A delimitação das zonas climáticas (Figura 7) evidencia que as condições atmosféricas da região têm papel estruturante na configuração territorial. A alternância entre estação seca e chuvosa impacta diretamente os ciclos produtivos tradicionais, como o cultivo nas várzeas e o uso controlado do fogo. Ao mesmo tempo, o aumento da frequência de eventos extremos, como estiagens prolongadas, pode agravar a suscetibilidade a incêndios e reforça a urgência de integrar os dados climatológicos ao planejamento territorial local.

Essa interação entre clima e uso do solo representa um dos principais desafios para a gestão ambiental nas savanas roraimenses, exigindo respostas adaptativas que, principalmente, valorizem os saberes locais e os contextos ecológicos específicos.

Em relação a tipo vegetação, predomina a composição de gramíneas, pequenos arbustos e formações arbóreas esparsas, o que confere à região alta suscetibilidade a incêndios florestais e queimadas, especialmente durante os períodos de estiagem prolongada.

Essas características naturais influenciam diretamente as formas de ocupação do território, o uso do solo e as práticas tradicionais de manejo por parte das populações indígenas. Além disso, o aumento da variabilidade climática tem intensificado eventos extremos, como secas mais severas e incêndios mais frequentes, o que agrava os desafios socioambientais enfrentados pelas comunidades locais. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para a formulação de estratégias de planejamento territorial e de adaptação às mudanças climáticas.

Riscos, Vulnerabilidades e Conflitos

As disputas fundiárias, na região, apresentam um quadro de vulnerabilidade social e ambiental agravado por pressões econômicas e insuficiência de políticas públicas estruturantes.

A homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2005, representou um marco na garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas, mas também desencadeou conflitos com produtores rurais e garimpeiros que ocupavam ilegalmente a região. A retirada desses ocupantes, regulamentada pelo STF em 2009, evidenciou as tensões entre diferentes projetos de uso da terra: o modelo agropecuário extensivo versus os modos tradicionais de produção.

Desta forma, as localidades mais afastadas, como Baixo Itacutu e Caju, podem enfrentar limitações de acesso à saúde, educação, saneamento e transporte. Essa precariedade estrutural compromete a qualidade de vida e amplia a dependência de redes externas de abastecimento e assistência. Ao mesmo tempo, o avanço de atividades extrativistas, como o garimpo, coloca em risco os recursos naturais e os modos de vida das populações locais.

A vulnerabilidade se manifesta também na dificuldade de articulação entre os entes federativos e as comunidades indígenas na gestão territorial, resultando em lacunas de governança, fiscalização e de um planejamento participativo. Nesse contexto, torna-se essencial adotar uma abordagem integrada de gestão do território que

concilie desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e respeito à diversidade cultural, com ênfase nos aspectos culturais indígenas.

Dinâmicas Demográficas e Ocupação Indígena em Normandia e Uiramutã

A análise da evolução demográfica das populações indígenas nos municípios de Normandia e Uiramutã entre 2010 e 2022 permite compreender as transformações na organização do território e na relação entre sociedade e natureza.

Em conformidade com os aspectos históricos e espaciais da ocupação do nordeste roraimense, abordados no referencial teórico, que destacam a interação entre os vetores de penetração colonial, territorialidades indígenas e frentes de expansão agropecuária, observa-se uma continuidade e, ao mesmo tempo, inflexões significativas no padrão de ocupação indígena.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Normandia registrou um aumento de 5.677 pessoas indígenas em relação a 2010, com uma transição expressiva na distribuição entre as zonas rural e urbana, passando de 6,16% para 16,87% da população em áreas urbanas.

De maneira oposta, Uiramutã apresentou crescimento populacional moderado e relativa estabilidade na distribuição espacial, com mais de 95% da população indígena ainda em áreas rurais. Essas mudanças demográficas refletem dinâmicas socioespaciais que impactam diretamente o uso da terra e a pressão sobre as savanas.

A Figura 8 mostra tanto casas de palha (malocas ou estruturas tradicionais) quanto construções com cobertura metálica, representando a sobreposição entre formas de vida tradicionais e elementos de infraestrutura moderna, como discutido no trecho sobre Normandia.

Em contrapartida, a permanência da população de Uiramutã em áreas rurais preserva os padrões de territorialidade indígena, reforçando modos tradicionais de uso da terra baseados em roçados, queima controlada e aproveitamento de várzeas, como observado na comunidade da Serra do Sol. Outro aspecto importante são os modos como as habitações estão distribuídas ao longo de uma encosta e no sopé de uma colina, ilustrando a adaptação das comunidades indígenas à topografia das savanas e a manutenção de um padrão territorial tradicional, a “Figura 8” ilustra a sobreposição entre formas de vida tradicionais e elementos da infraestrutura contemporânea. Observa-se a presença simultânea de malocas e construções com cobertura metálica, revelando o contraste entre padrões arquitetônicos e modos de ocupação no território indígena. Esse arranjo territorial evidencia a adaptação da comunidade ao relevo e à paisagem, articulando permanência cultural e transformações. Essa persistência é indicativa de resiliência e de potencial para manutenção de práticas sustentáveis, desde que haja políticas que valorizem o conhecimento indígena.



Figura 8. Ocupação indígena na Comunidade Serra do Sol, município de Uiramutã-RR. espaciais. **Fonte:** fotografia autoral (2024).

A análise do Mapa de Densidade de Localidades Indígenas, gerado com base em técnica de estimativa de densidade Kernel, reforça essas constatações. Em Normandia, a distribuição espacial das localidades indígenas revela núcleos de adensamento mais pulverizados e distribuídos em áreas de transição rural-urbana e principalmente ao longo de eixos viários secundários, especialmente ao sul e sudeste do município, indicando maior exposição a vetores de antrópicos herdados e, consequentemente, maior vulnerabilidade a incêndios.

Em Uiramutã, observa-se um adensamento expressivo nas proximidades da sede municipal, sugerindo uma polarização da ocupação indígena em torno do centro urbano. Embora isso demonstre uma maior densidade populacional local, o padrão ainda mantém certa coesão territorial, com continuidade espacial das localidades e menor fragmentação em relação a Normandia.

Desta forma, embora o município de Uiramutã tenha registrado um crescimento da população indígena (de 7.847 para 13.283), a permanência de mais de 95% dos habitantes indígenas em áreas rurais entre 2010 e 2022 revela uma estabilidade territorial coerente com o modo de vida tradicional. Este padrão de distribuição é coerente com os arranjos espaciais herdados da formação dos Territórios Indígenas e com a permanência de sistemas produtivos baseados em práticas como agricultura itinerante, queima controlada de roçados e manejo tradicional da paisagem.

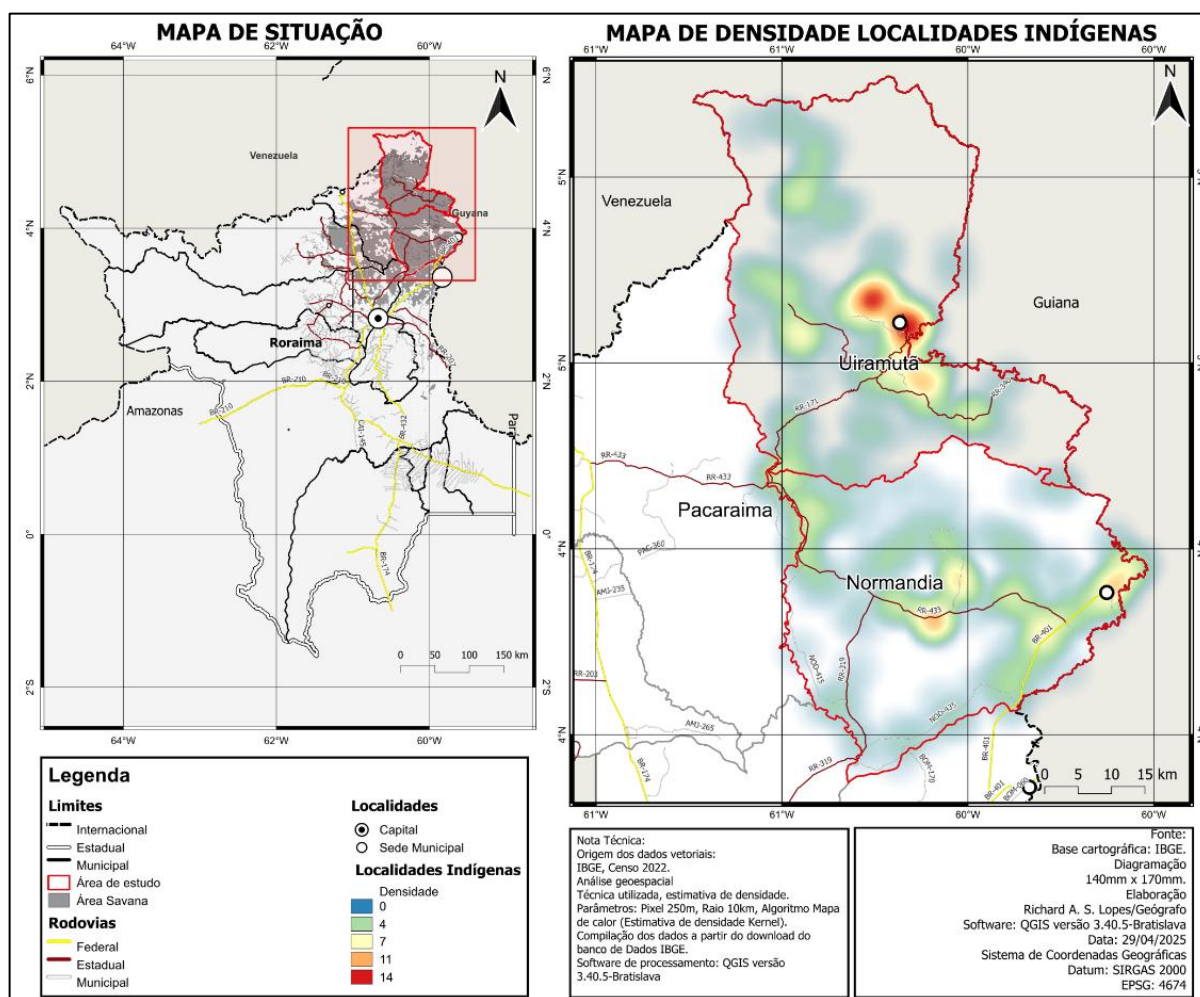


Figura 9. Mapa de densidade de localidades indígenas próximo as sedes dos municípios de Normandia e Uiramutã. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

As transformações socioespaciais em Normandia e a estabilidade rural de Uiramutã exigem estratégias diferenciadas de gestão territorial e prevenção de incêndios. Enquanto Normandia demanda ações voltadas à urbanização indígena, como educação ambiental e controle de queimadas em áreas periurbanas, Uiramutã pode se beneficiar da valorização e do fortalecimento das práticas tradicionais como ferramenta de conservação.

Nesse contexto, ainda sim, a territorialidade indígena permanece como um elemento estruturante do espaço geográfico, o que pode significar menor pressão antrópica concentrada e riscos mais difusos de incêndio, muitas vezes mitigados pelas próprias estratégias culturais de manejo do fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revelou que o nordeste de Roraima constitui uma paisagem geográfica complexa, atravessada por múltiplas camadas históricas, ecológicas e

socioculturais. A análise das formas de uso e apropriação do território, a partir dos municípios de Normandia e Uiramutã, demonstrou que a configuração atual resulta da sobreposição entre vetores exógenos de colonização, expansão econômica e ação estatal, e formas endógenas de organização socioespacial desempenhadas pelos povos indígenas.

O aspecto climático e a intensificação da variabilidade interanual da precipitação com secas mais severas e prolongadas contribuem para um cenário de risco ampliado, sobretudo em áreas de savana, onde a vegetação predominante favorece a propagação de incêndios. Essa análise climatológica do território, quando articulada às dinâmicas de uso do solo e ocupação, mostrou como fatores físicos e sociais interagem para compor cenários diferenciados de vulnerabilidade, que exigem estratégias territorializadas de mitigação e adaptação.

A existência de conflitos fundiários, a pressão de atividades ilegais (como o garimpo) e a fragilidade na oferta de infraestrutura básica, sobretudo em localidades periféricas como Caju e Baixo Itacutu, revelam lacunas históricas de governança e planejamento. A homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi um marco importante na garantia de direitos, mas pode não ter eliminado os conflitos de uso e ou mesmo assegurou, de forma plena, o fortalecimento da autonomia territorial indígena.

A análise demográfica mostrou contrastes significativos: enquanto Uiramutã mantém uma ocupação predominantemente rural e coerente com padrões tradicionais de territorialidade, Normandia apresenta adensamento em zonas de transição rural-urbana, o que amplia a pressão sobre as bordas da savana e aumenta a exposição a vetores de ignição antrópica. Esses padrões revelam formas distintas de risco e a necessidade por políticas públicas diferenciadas, que contemplem um olhar mais etnográfico.

No plano simbólico e espacial, destaca-se a coexistência entre formas tradicionais de mobilidade e ocupação, como trilhas, malocas e roçados e intervenções recentes, como estradas, construções em alvenaria e centros administrativos. Essa justaposição não apenas ilustra tensões entre racionalidades espaciais, mas também desafia o planejamento territorial a reconhecer e incorporar a diversidade de lógicas que estruturam o espaço geográfico local.

Dessa forma, as considerações finais deste artigo reforçam a necessidade de:

- Reconhecer e valorizar os sistemas de conhecimento tradicional como fundamentos para políticas de gestão ambiental, prevenção de incêndios e adaptação climática.
- Articular ações intersetoriais entre Estado, comunidades e instituições de pesquisa para fortalecer o planejamento territorial participativo.
- Produzir diagnósticos multiescalares e geograficamente sensíveis que considerem as diferentes territorialidades em disputa.
- Integrar dados climatológicos e socioeconômicos na formulação de políticas de prevenção a desastres e ordenamento do uso do solo.

Ao discutir o território como uma construção social em permanente disputa e transformação, este trabalho contribui para uma leitura crítica da realidade roraimense e reafirma a importância da geografia na mediação entre ciência, política pública e justiça socioambiental.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Roraima e ao Corpo de Bombeiros militar do estado de Roraima

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Os autores devem apresentar um pequeno parágrafo detalhando suas contribuições individuais. Use o exemplo a seguir:

Concepção: Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Metodologia:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Análise formal:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Pesquisa:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Recursos:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Preparação de dados:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Escrita do artigo:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. **Revisão:** Antônio Araújo Júnior. **Supervisão:** Antônio Araújo Júnior. **Aquisição de financiamento:** Antônio Araújo Júnior e Richard Lopes. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

Entende-se como autor àqueles que tenham contribuído significativamente para o manuscrito. Preencher somente depois de aceito para publicação.

REFERÊNCIAS

BOAS, José Henrique Vilas; BORGES, Osmar Barreto. Breve Análise da Recente Dinâmica Territorial no Estado de Roraima. *In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 2006, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: [s. n.], 2006. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos2/07.pdf>.

CIR, CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA. **Índios de Roraima: Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana**. Boa Vista: CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA., 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos, formas e interações espaciais. **Revista Brasileira de Geografia**, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 127–134, 2016. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/31>. Acesso em: 12 jan. 2025.

DE BARROS, N. C. C. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul**. [S. l.]: Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1995. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=9vErAAAAYAAJ>.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. 1986. - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/111>. Acesso em: 23 jan. 2025.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. 1986. 186 f. Dissertação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1582166>.

FERNANDES, Maria Luiza. Os indígenas e as fronteiras do extremo norte: de “inúteis comedores de farinha” a verdadeiras “muralhas dos sertões”. In: **Anais XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** (org.). Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=1140>. Acesso em: 8 jul. 2024.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. Roraima: Uma Análise Geo-Histórica (déc. 1980 - 1990). **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 9–17, 2018. Disponível em: <https://edicoes.uerr.edu.br/index.php/inicio/catalog/book/27>. Acesso em: 3 set. 2023.

RORAIMA. **Relatório Final da Comissão Região Norte/Nordeste**. Boa Vista, RR: Governo de Roraima, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0